



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

PROJETO DE LEI Nº 1.764/2015

INICIATIVA: PREFEITO MUNICIPAL

PARECER Nº 081/2015 – CJR e Nº 044/2015 – CFO

Trata-se de propositura que institui o Programa Vale-Creche no Município de Araucária, solução e, caráter de exceção, visando ampliar a oferta de vagas em Educação Infantil da Rede Municipal, conforme especifica.

Segundo o art., 40, § 1º, “b” da Lei Orgânica do Município, compete ao Prefeito Municipal a Iniciativa de Projetos de Lei:

“Art. 40º da L.O.M.A. - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - [...]

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

b) do Prefeito;

[...]

O Senhor Prefeito Municipal justifica em sua mensagem encaminhada pelo ofício nº 218/2015, que o Projeto de Lei proposto tem a finalidade de permitir que crianças em fila de espera para vagas em Educação Infantil possam ser encaminhadas a entidades privadas pagas pelo Poder Público através do Vale-Creche, a título bolsa de estudo, a fim de lhe ser garantido, pelo Município, o direito à educação, previsto na Constituição Federal.

Em análise concluímos da seguinte forma:

Não encontramos impedimentos que limitem sua tramitação

Quanto ao mérito e oportunidade, somos favoráveis, pois conforme preceitua o artigo 6º da Constituição Federal, defende-se a educação como direito social:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

PL 1.764/2015

“Art. 6º . São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Ainda neste sentido, a Carta Magna dispõe sobre o papel do Estado na Educação pré-escolar, senão vejamos:

“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

[...]”

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe, em seu art. 4º, que o Poder Público tem o dever de assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos fundamentais das crianças, dentre eles, a educação:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Salienta-se, ainda, a importância do papel do Município na educação do país no sentido de prover meios de acesso à educação e suplementação legislativa no que couber. É o que ensina a doutrinadora Regina Maria Macedo Nery Ferrari:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

PL 1.764/2015

*“Portanto, cabe ao Município, juntamente e em pé de igualdade com a União, Estados e Distrito Federal, proporcionar os meios necessários de acesso à educação, suplementando, no que couber, a legislação federal e estadual, e ainda, legislar como exercício de sua autonomia, a fim de proteger o interesse local, respeitando os princípios das Constituições Federal e Estadual”.
(Maria Macedo Nery Ferrari, Direito Municipal, Ed. Revista dos Tribunais, p. 209)*

Isto posto, não resta dúvidas de que inexistente qualquer óbice que impeça a livre tramitação do projeto na Casa Legislativa, e nos manifestamos favoráveis a legalidade, constitucionalidade, mérito e conveniência da propositura, porém encaminhamos o Projeto de Lei em tela para a análise da Comissão de Educação e Bem Estar Social.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2015.

Ver. Josué de Oliveira Kersten
Relator – CJR
Relator - CFO

Ver. Vanderlei Francisco de Oliveira
Membro - CJR
Presidente – CFO

Alex Luiz Nogueira
Presidente – CJR
Membro CFO